

APUFSC

— SINDICAL —

PROFESSORES PELA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Boletim do Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina | Florianópolis, março de 2019 | nº 823

Boletim Especial - Filiação Nacional

Vinculação nacional do sindicato em debate

Março marca o início da discussão da categoria sobre filiação ou não a uma entidade nacional

NESTA EDIÇÃO

CARTAS

Andes-SN e Proifes-Federação manifestam interesse e apresentam argumentos pela filiação da Apufsc

Páginas 4 e 5

HISTÓRICO

Apufsc deixou de ser filiada ao Andes-SN e se tornou um sindicato autônomo em setembro de 2009; entenda o que levou a categoria a votar pela mudança

Página 6

O DEBATE

Apufsc produzirá três boletins especiais em que os professores poderão publicar artigos de opinião defendendo suas posições

Página 8

MP da Contribuição Sindical: governo tenta fragilizar entidades dos trabalhadores e pode atingir a Apufsc

O governo federal, através da MP 873 de 01/03/2019, que contraria a Constituição em vigor, modificou dispositivos relativos às contribuições sindicais. Com efeitos imediatos, embora num tema sem a urgência que justificaria uma Medida Provisória, tenta aplicar um verdadeiro golpe no funcionamento dos sindicatos. Ao dificultar seus mecanismos de sustento via contribuição dos filiados, tenta enfraquecer a organização dos trabalhadores ao mesmo tempo em que ataca seus direitos pela legislação previdenciária e trabalhista.

No caso dos sindicatos do serviço pú-

blico, como a Apufsc-Sindical, a MP revoga dispositivo da Lei no 8.112 (11/12/1990) impedindo o desconto das mensalidades associativas em folha de pagamento, mesmo com isso autorizado pelo associado. Algo que atualmente é feito por decisão da categoria e com apoio em base legal, que decorre do artigo 8, em especial o inciso IV da Constituição Federal e também do artigo 462 da CLT.

Várias entidades sindicais irão entrar com ações no STF alegando a inconstitucionalidade da Medida Provisória. O PROI-FES-Federação já o fez em 04 de março, solicitando uma medida cautelar, o Andes-SN

também divulgou uma nota técnica do seu departamento jurídico.

A Diretoria da Apufsc está acompanhando estas iniciativas e atuará fortemente no campo jurídico e político contra a MP inconstitucional. Também estará avaliando medidas no campo administrativo, se necessário for, para dar continuidade ao suporte financeiro e manter as atividades regulares do sindicato. Desde já, contamos com a compreensão e o apoio de todos os professores nessa luta por nossa entidade e pela liberdade sindical garantida na nossa Constituição Federal.

Pesquisa vai mostrar perfil dos professores da UFSC

A Apufsc-Sindical quer conhecer melhor os professores da UFSC para poder atendê-los e representá-los melhor. Para isso encomendou uma pesquisa de perfil profissional ao Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro). O laboratório pertence ao Departamento de Sociologia e Ciência Política e tem experiência em levantamentos semelhantes realizados para outras categorias profissionais, como jornalistas e funcionários do Banco do Brasil. A pesquisa vai dar voz aos docentes para contarem como vivem, como trabalham, o que pensam e o que mais quiserem dizer ao Sindicato.

O questionário será realizado online e nas próximas semanas você vai receber um convite por email para participar.

Sindicato questiona reajuste de 24,12% na Unimed-UFSC

Diante do anunciado reajuste de 24,12% no plano da Unimed para professores e servidores da UFSC, a Apufsc pede explicações à Prodegesp sobre este percentual “inaceitável” e se mobiliza para evitar que a UFSC renove contrato com a empresa com este reajuste. “Este aumento está fora de qualquer padrão que os docentes da UFSC possam suportar”, avalia o presidente do Sindicato, Bebeto Marques. Ele sugere à Reitoria que considere uma auditoria no contrato com a Unimed, para que seus argumentos para o aumento sejam averiguados. O atual contrato com a Unimed vence em 31 de março, mas até o início do mês a Prodegesp não havia reunido a comissão criada em 2017 com o objetivo de acompanhar a questão.

LOGO trabalha na nova identidade visual da Apufsc

O Laboratório de Orientação da Gênese Organizacional (LOGO) da UFSC está redefinindo a identidade da Apufsc. Iniciado em dezembro de 2018, o processo utiliza uma metodologia cocriativa (TXM), com o objetivo de reformular e dinamizar as ferramentas de comunicação, além de trabalhar a nova identidade visual do sindicato.

A logo com a nova tipografia utilizada na capa deste boletim, por exemplo, é parte do que está sendo desenvolvido pelo laboratório. A próxima etapa será a atualização do símbolo que acompanhará a tipografia.

A mudança faz parte da nova estratégia de comunicação da Apufsc, que tem o objetivo de melhorar a interlocução com os professores, com a comunidade universitária e com a sociedade.



Publicação mensal do Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina

ENTRE EM CONTATO

Endereço:

Sede da Apufsc, Campus Universitário, CEP 88040-900, Florianópolis - SC
(48) 3234-5216 | 3234-3187
www.apufsc.org.br
imprensa@apufsc.org.br

DIRETORIA GESTÃO 2018/2020

Presidente
Carlos Alberto Marques

Vice-Presidente
Patrícia Della Múa Plentz

Secretária Geral
Viviane Maria Heberle

1ª secretária
Edinice Mei Silva

Diretor Financeiro
Camilo Buss Araújo

Diretor Financeiro Adjunto
Flávio da Cruz

Diretor de Divulgação e Imprensa
Eduardo Meditsch

Diretor de Promoções Sociais, Culturais e Científicas
Santiago Francisco Yunes

Diretor de Assuntos de Aposentadoria
Romeu Bezerra

GRUPO ESPECIAL PARA ATIVIDADES SINDICAIS NOS CAMPUS

Campus Araranguá
Bernardo Borges

Campus Curitiba
Mônica Santos

Campus Blumenau
Alaim Souza Neto

Campus Joinville
Luiz Fernando Calil

PRODUÇÃO

Jornalistas Responsáveis
Lara Lima
Naiana Oscar

Estagiários
Manoela Bonaldo
Victor Lacombe
Vinicius Claudio

Impressão Gráfica Rio Sul
Tiragem 4.000 exemplares
Distribuição gratuita e dirigida

CARTA DA DIRETORIA

As lutas nos são impostas, os meios devemos escolher

A proposta de reforma da previdência apresentada pelo governo Bolsonaro pesa com especial severidade sobre os servidores públicos, categoria em que estamos incluídos. A quebra unilateral de contrato que isso representa, da expectativa de uma velhice tranquila, depois de uma vida dedicada ao trabalho, atinge mais uma vez os professores de todas as gerações, se a proposta passar como está formulada.

Os mais novos terão mais anos de trabalho e benefícios menores. Os mais velhos terão confiscada mais outra fatia de seus rendimentos, com o aumento da já absurda contribuição previdenciária pós-aposentadoria. Sem contar as agora previstas “contribuições extraordinárias”, sem nenhum teto, que poderão aumentar o confisco sempre que a burocracia estatal assim o determinar. Os novos limites às pensões por morte, e o impedimento a sua acumulação com a aposentadoria também atingirão as famílias de todos.

O pretenso e sempre manipulado “déficit atuarial” da previdência também servirá de pretexto para a não correção dos salários corroídos pela inflação. Desta forma, a reforma da previdência agrava a situação já provocada pelo teto dos gastos que asfixia o orçamento das universidades públicas e das agências de fomento à pesquisa.

Isso tudo num momento em que as universidades federais foram expandidas, através do Reuni, criando-se a UFES e tornando a UFSC multicampi. A pós-graduação se expandiu muito, sobrecarregando a carga horária docente e a busca por recursos para pesquisa. Paralelamente, vivemos uma verticalização do acesso ao financiamento de C&T, um aumento na burocracia em nossas atividades e uma brutal escala de exigências

de produtivismo docente. Os efeitos na saúde ocupacional se fazem sentir, entre eles, o estresse e o desânimo.

Porém, nada disso está simplesmente dado, antes é um processo de perdas que está se dando, e que pode e deve ser revertido por nossa luta coletiva. A própria reforma da previdência é um jogo que ainda está sendo jogado: de um lado, estão os interesses empresariais e financeiros que lucram com ela, de outro, os dos trabalhadores que têm a perder o sustento da velhice.

As lutas nos são impostas pela conjuntura adversa, e o Sindicato é o instrumento dos professores para a defesa dos seus direitos. Mais do que em outras épocas, as políticas que vão sendo anunciadas pelo novo governo federal têm sinalizado que o tratamento ao funcionalismo e às universidades públicas só vai piorar, se não houver reação. Um exemplo foi a MP 873, de 4 de março, que visa asfixiar financeiramente os sindicatos, incluindo a Apufsc.

É como categoria profissional que temos que reagir. E como categoria que temos que escolher os melhores meios de ação para isso.

Nesses quase 10 anos, após a decisão da Assembleia Geral de tornar a Apufsc um sindicato autônomo, poucas vezes a categoria se reuniu para avaliar a situação de nossos direitos trabalhistas. Não que neste tempo faltassem motivos para isso: são inúmeras as queixas relativas aos salários que recebemos, à qualidade de nossa carreira, às condições de trabalho a que estamos submetidos e à insegurança quanto ao futuro. Mesmo com algumas iniciativas para nos defender nas diretorias anteriores do Sindicato, elas pouco puderam fazer. Nosso empregador é o governo federal, e a força

que podemos ter para negociar com ele é a de uma categoria nacional. Porém, nosso âmbito de atuação ficou restrito ao estado de Santa Catarina neste último decênio, e não conseguimos acesso às mesas de negociação por sermos uma entidade apenas estadual.

Destacar esses aspectos tem o objetivo de situar o que mais importa no momento em que o Sindicato abre este debate coletivo. Para a Diretoria, mais do que discutir filiação ou não a uma ou outra entidade sindical nacional, o importante é avaliar a necessidade de estarmos unidos nacionalmente como categoria, para enfrentar os ataques a nossos direitos trabalhistas e defender a universidade pública, essencial ao desenvolvimento e à soberania do país. De um modo ou de outro, a Apufsc-Sindical precisa fazer com que a voz e os interesses de seus filiados sejam ouvidos e considerados pelos demais sindicatos da categoria, assim como representados nas mesas de negociação com o governo federal.

Diante dessa situação, a Diretoria conclama os docentes a refletir sobre nossa situação atual no contexto da categoria nacional, da universidade pública e dos desafios que o país enfrenta. E a decidir sobre os meios que considerar mais adequados para o encaminhamento de nossas lutas. A melhor forma para isso é o diálogo aberto, plural e esclarecido que conduza ao único fórum autorizado por nosso Estatuto para decidir a questão: uma Assembleia Geral soberana, com votação por meio eletrônico. Informe-se, participe deste debate e traga sua posição.

**Diretoria do Sindicato dos Professores
das Universidades Federais
de Santa Catarina**

Respostas das entidades

O sindicato pediu informações sobre: interesse em ter a Apufsc-Sindical de relação com sindicatos de base local e uma síntese da atuação



O ANDES foi fundado em 1981 como Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior e após a promulgação da Constituição Federal em 1988, com a conquista de organização sindical do funcionalismo público, passou a ser o ANDES-SN, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. A sua organização pela base e locais de trabalho rompeu com a estrutura sindical autoritária implantada no Brasil na década de 1930.

Ao longo desses 38 anos, o ANDES-SN consolidou uma história de luta em defesa da categoria docente e das instituições de ensino superior públicas, gratuitas, laicas, de qualidade, socialmente referenciadas, buscando sempre impulsionar a vinculação entre trabalho acadêmico e realidade social, conectando, na prática, a luta dos/as docentes às lutas de outro(a)s trabalhador(a)s.

Seu projeto de educação para o país foi construído tendo por base a necessidade de democratização do ensino superior público, a luta pela democracia nas instituições de ensino superior e no conjunto da sociedade.

Os principais compromissos desse Sindicato Nacional são:

- Lutar pela educação pública de qualidade, pela valorização do trabalho docente e pela autonomia das instituições públicas

de ensino superior;

- Lutar pela universalização do acesso à educação superior pública e gratuita, com garantia de permanência;

- Lutar pelo espaço público para produção de conhecimento;

- Reforçar a unidade da classe trabalhadora no Brasil, internacionalmente e, em particular, na América Latina;

- Lutar contra toda forma de cerceamento à liberdade de organização sindical e de expressão;

- Lutar contra as reformas neoliberais que retiram direitos do(a)s trabalhador(a)s especialmente a reforma universitária privatizante;

- Combater todas as formas de mercantilização da educação.

Atualmente, o ANDES-SN possui mais de 80 mil sindicalizado(a)s de instituições de ensino superior federais, estaduais e municipais, estando representado em todo o território nacional em mais de 100 seções sindicais.

É uma entidade autônoma em relação a partidos políticos, governos e administrações locais. Sua estrutura é formada por uma Diretoria composta por 83 docentes, organizada em 12 regionais pelo país. A eleição de seus dirigentes, que acontece a cada 2 anos, é realizada de forma direta por todo(a)s o(a)s sindicalizado(a)s nas seções sindicais.

As seções sindicais possuem autonomia financeira, política, patrimonial e administrativa, com regimento e diretoria próprios. As decisões políticas, organizativas e financeiras são deliberadas pela categoria, que elege democraticamente todo(a)s o(a)s dirigentes.

Estatutariamente, são instâncias deliberativas nacionais o Congresso, realizado no início de cada ano, com representação por delegado(a)s de base, e o Conselho do Andes (Conad), realizado no meio do ano, com representação por seção sindical. O sindicato é mantido pela contribuição vo-

luntária de seus sindicalizado(a)s, no valor de 1% do rendimento, recolhido pela seção sindical que se constitui fiel depositária e retém 80% do total arrecadado, sendo os 20% restantes repassados ao caixa nacional.

A eleição de um governo de extrema-direita no âmbito federal, que tem uma política econômica neoliberal, regressiva nos costumes e repressiva das liberdades democráticas exige de nós a construção da mais ampla unidade de ação dentro da categoria docente e com o(a)s demais trabalhadores(as) para a manutenção de direitos duramente conquistados e a ampliação das conquistas. Para isso é necessário ter um sindicato nacional forte, que represente a categoria docente e faça frente aos retrocessos em articulação com o conjunto do funcionalismo público, que defenda a previdência e a saúde pública.

As políticas em curso para a educação superior pública têm se pautado por cortes profundos no financiamento e transferências de recursos do fundo público para a iniciativa privada, acumulando perdas salariais ao longo dos anos, piorando as condições de trabalho e aumentando o adoecimento da categoria docente.

Nessa conjuntura, consideramos fundamental que o movimento docente aglutine suas forças no ANDES-SN, uma organização autônoma, democrática, presente em todo território nacional, que se organiza pela base e nos locais de trabalho e representa a maioria do(a)s docentes da educação superior pública.

Por isso, a incorporação da Apufsc-Sindical ao ANDES-SN virá fortalecer a luta em defesa da categoria docente na UFSC e na UFFS-Campus Chapecó e contribuirá para a construção da unidade do movimento docente tão necessária no momento atual.

Prof. Antonio Gonçalves Filho
Presidente do ANDES-SN

des à Apufsc-Sindical

Apufsc como filiada; forma organizativa; exigências e tipo
a visão sobre o momento político-educacional nacional



A organização dos trabalhadores é fundamental para garantir não só a conquista de direitos, mas também a manutenção dos direitos conquistados ao longo da história. Com a criação do PROIFES-Federação a representação dos professores federais – carreiras do Magistério do Ensino Superior (MS) e do Magistério do Ensino Básico técnico e Tecnológico (EBTT) – mostrou ser um avanço para o Movimento Docente.

Com uma estrutura moderna, a participação no PROIFES-Federação evita disputas eleitorais que mais divide que une os professores: ao filiar-se, o Sindicato automaticamente passa a ocupar uma posição na Diretoria executiva da Federação. E, proporcionalmente ao número de filiados, segundo regras definidas nas suas próprias instâncias, indica os membros para o Conselho Deliberativo (instância máxima da Federação) e Conselho Fiscal.

O PROIFES-Federação inova também nas relações intersindicais e sociais. Formado por Sindicatos Autônomos, a Federação tem uma rica convivência com diversas Centrais Sindicais: além de sindicatos sem qualquer filiação, tem sindicatos filiados à Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e à Pública Central do Servidor. Respeitando essa diversidade, a opção foi a de

não se filiar a nenhuma Central.

E, compreendendo a luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade, articula-se com outras entidades que constroem essas lutas: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE); filiado à Internacional da Educação (IE/IEAL), desenvolve importante projeto para denunciar e combater a privatização da educação. Atuante no Fórum Nacional de Educação, após a intervenção do governo no FNE, construiu e coordena o Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE), importante locus de articulação das pautas da Educação e defesa do PNE.

O PROIFES inova na concepção de Movimento Docente. Uma concepção que tem como base a construção de estratégias que consideram a diversidade e a pluralidade que representa; de defesa da Educação Pública e da liberdade de ensinar como um pressuposto para recusar intervenções na sala de aula; uma concepção que entende a luta política como um espaço em permanente construção e que exige flexibilidade tática.

Essa concepção plural tem recebido muitas críticas, a maioria mentirosa, outras maldosas. Mas foi esse movimento que criou a classe de Professor Associado; que lutou por uma nova carreira e pelo fim dos penduricalhos no contracheque e que, vivenciando uma profunda mudança na sua base social, defendeu que o professor tivesse sua titulação retribuída; que criou a carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), contra, inclusive outra representação, aliada à tese de que só é vitoriosa aquela que aniquila o contraditório.

Foi esse movimento que, ao perceber que a natureza democrática da associação fundada em fins dos anos 70 perde-

ra-se no endurecimento quase religioso de sua postura estratégica, pretendeu ser diferente, buscar a heterogeneidade como sua força e como seu princípio. Tornou federação, ergueu um Movimento Docente cuja base é o sindicato independente, soberano e propositivo, que tem como poder a sua capacidade de ser um corpo dirigente, capaz de lidar com os contrários, mesmo os mais antagônicos.

Movimento ainda em construção – por isso a Apufsc-Sindical, com Registro Sindical e no gozo de todas as garantias constitucionais, tem nele seu lugar – que já mostrou aos professores que o anacronismo de uma “mobilização permanente” tornou as práticas anteriores enrijecidas, envelhecidas e inapropriadas ao que temos hoje.

Esta federação, como não poderia deixar de ser, já iniciou movimentos de negociação em direção ao novo governo. Para representar os professores, temos sim que mostrar ao governo que o estrangulamento das Universidades e Institutos Federais, o ataque à liberdade de ensinar, a precarização do trabalho docente e as perdas salariais, são um caminho de retrocesso na busca pela soberania nacional.

É nesse novo espaço que queremos e precisamos da experiência e da força da Apufsc-Sindical, representante legítimo dos docentes de Santa Catarina, e que, tal como a Federação, opta pela ação sindical que traga efetivos frutos aos colegas professores, o que fortalece o movimento geral de luta dos professores e alimenta a defesa da educação pública. Sendo uma categoria federal, não é possível ficar isolada: a Federação é o caminho para a construção coletiva da luta docente.

Prof. Nilton Brandão
Presidente do PROIFES-Federação

Em 2009, professores decidiram por desfiliação e sindicato autônomo



No dia 17 de setembro de 2009, 1.040 professores, que representavam 41,50% dos associados à época, foram às urnas para decidir pela desfiliação do Andes-SN

Desde 2009, a Apufsc é um sindicato autônomo, sem vinculação com nenhuma outra entidade nacional. Até então, a associação que representa os professores das Universidades Federais de Santa Catarina, fundada em 1975, estava ligada ao Andes - o Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior, que teve como seu primeiro presidente, em 1981, um dos fundadores da própria Apufsc, o professor Osvaldo de Oliveira Maciel.

As discussões em torno da desfiliação do Andes começaram em 2007, com o professor Armando Lisboa à frente da diretoria da Apufsc-Sindical. Na época, outras instituições, como a UFMG, já haviam decidido por se desvincular da entidade nacional.

A votação que levou a Apufsc a adotar o mesmo caminho e a se tornar um sindicato autônomo ocorreu no dia 17 de setembro de 2009 e trouxe o seguinte resultado, segundo a ata da assembleia geral: “1.040 professores associados, totalizando 41,50% dos associados, compareceram às urnas; 614 associados, totalizando 59,04% dos votantes, votaram favoráveis à desfiliação da Apufsc ao Andes-SN; 403 associados, totalizando 38,75% dos votantes, votaram contrários à desfiliação; e 23 associados, totalizando 2,21% dos

votantes, votaram em branco ou anularam os seus votos. Na deliberação sobre a transformação da Apufsc em Sindicato Autônomo com abrangência estadual, 587 associados, totalizando 56,44% dos votantes, votaram favoráveis à transformação; 399 associados, totalizando 38,37% dos votantes, votaram contrários a essa transformação, e 55 associados, totalizando 5,29% dos votantes, votaram em branco ou anularam seus votos”

Lisboa, presidente da Apufsc à época, era um dos entusiastas da mudança. Ele lembra que uma série de motivações levaram a desfiliação ao centro do debate entre 2007 e 2009. “Percebemos que o Andes era uma liderança sindical fora da casinha, anticapitalista, revolucionária, com uma pauta comunista. Enxergamos um problema ideológico. Aos poucos, o debate foi apontando para uma situação insustentável, com um sindicato ligado a partidos políticos e distante dos reais interesses da base”, disse.

Segundo o ex-presidente da Apufsc, a forma com que o Andes se constituiu, representando instituições com interesses diversos, também pesou a favor da desfiliação. “Era um sindicato non sense, que defendia o conjunto dos professores universitários, de todas as federais, estaduais, municipais e de particulares - cada

uma com uma pauta diferente, com um padrão diferente. Não fazia sentido.”

Os argumentos foram contestados na assembleia geral que antecedeu a votação. Professores contrários à mudança criticaram principalmente a falta de profundidade da discussão, sustentada basicamente em um argumento ideológico, e a rapidez com que o processo estava sendo conduzido. “A Apufsc levou três anos para decidir virar uma sessão sindical. Agora, vão acabar com a Apufsc em 10 dias?”, questionou a professora Bartira Cabral da Silveira Grandi na assembleia geral.

Lisboa destaca que as discussões, em 2009, tinham como foco a desvinculação do Andes e a criação de um sindicato autônomo que, posteriormente, se uniria a outras associações de docentes para criar uma terceira via. Não chegou a entrar em pauta, segundo ele, uma eventual filiação a outra entidade nacional, a Proifes-Federação, criada em 2004, para representar as instituições federais de ensino superior. “Nosso movimento foi de ruptura com o Andes para buscar uma federação nacional que reunisse os sindicatos dos professores de universidades federais. Isso não se configurava no Proifes, que também era ligado a partidos políticos e ligado ao governo. Sair do Andes e ir para o Proifes nem foi uma opção levada para a base”, afirma Lisboa.

A expectativa, segundo ele, era de que o passo seguinte à desfiliação seria a criação de uma federação independente, ligada aos interesses da base e não a interesses políticos e ideológicos. “Nós nunca apostamos no modelo que acabou se configurando, de um sindicato isolado. O debate apontava para uma alternativa nacional que não fosse o Proifes”, conta Lisboa. “Em 2010, já havia uma articulação nacional com as associações de docentes da UFSC, UFMG, UFRJ, UnB, UFG, UFC. Havia uma rede, mas a ideia não foi levada adiante.”

**Por Naiana Oscar
Imprensa Apufsc**

CR encaminhou debate sobre a questão

O início das discussões sobre uma eventual filiação da Apufsc à uma entidade nacional foi deliberado na reunião do Conselho de Representantes realizada no dia 31 de outubro do ano passado. Os conselheiros analisaram basicamente duas propostas. A primeira era para que a categoria começasse a discutir esse tema em março de 2019 e, a segunda, era para que esse assunto nem fosse discutido pelos professores sindicalizados. Por ampla maioria, venceu a primeira proposta.

Entre os encaminhamentos aprovados, ficou definido que o sindicato colocaria à disposição dos associados seus meios de comunicação para promover o debate. Serão publicados três boletins especiais impressos (além deste que dá início ao processo), com espaços iguais para todas as posições (leia mais sobre as regras na página 8). Os textos serão veiculados também em outros meios de comunicação da Apufsc (como

site, newsletter, etc.) O objetivo é dar oportunidade para que todos os professores que tenham interesse se manifestem.

As duas entidades que hoje têm representado nacionalmente os professores das instituições federais de ensino superior, Andes-SN e Proifes-Federação, foram convidadas a apresentar informações relativas a suas formas de organização e decisão, assim como a sua estrutura atual, entidades sindicais filiadas e como propõem ter relação com um sindicato autônomo como é a Apufsc-Sindical. Os textos estão publicados nas páginas 4 e 5 deste boletim. Foi deliberado que esse processo de discussão seja concluído em 45 dias, com início previsto para março de 2019.

Também foi aprovada a criação de um Grupo de Trabalho para resgatar estudos anteriores sobre o tema, especialmente para oferecer à categoria informações técnicas sobre entidades sindicais nacionais. O GT é formado pelos professores Wilson Erbs (ex-pre-

sidente da Apufsc), Luiz Gonzaga de Souza Fonseca (Representante dos Aposentados) e Douglas Francisco Kovaleski (representante do Departamento de Saúde Pública).

O presidente da Apufsc, professor Bebeto Marques, ao apresentar a proposta de deliberação sobre um cronograma e processo de discussão e de definição quanto à representação nacional, lembrou que isso é condizente com o que a chapa defendeu na campanha eleitoral que elegeu a nova Diretoria. Bebeto reforça que serão os professores que vão definir, em Assembleia Geral e votação eletrônica, os rumos do Sindicato. Inicialmente, serão apresentadas à categoria três alternativas para o debate: ligar-se/filiar-se a uma das duas entidades sindicais nacionais (Proifes e Andes-SN) ou continuar na condição atual, sem representação nacional. Não há impedimento, no entanto, para que outras alternativas sejam colocadas na discussão.

	PROIFES	ANDES
Fundação	2012	1981
Central Sindical	Parceria com a CUT. Sem filiação	Filiado ao Conlutas
Modelo	Federação sindical	Sindicato nacional
Base	Sindicatos autônomos federados	Seções sindicais
Categorias representadas	Magistério federal (Magistério Superior e EBTT)	Magistério federal (Magistério Superior e educação básica), estadual e municipal; Magistério superior privado
Número de sindicatos/seções	11 sindicatos	121 seções sindicais
Número de sindicalizados	20 mil	70 mil
Estrutura organizativa	Conselho Deliberativo; Diretoria Executiva; Encontro Nacional; Conselho Fiscal.	Congresso; Conselho; Diretoria; Seções.
Número de participantes que a Apufsc teria direito na estrutura organizativa	- 4 membros para Conselho Deliberativo; - 1 membro para a Diretoria Executiva; - Encontro Nacional (proporcional ao nº de filiados); - 1 membro para o Conselho Fiscal.	- Congresso (proporcional ao nº de filiados); - 1 delegado para o Conselho (Conad); - Diretoria (membros eleitos nacionalmente); - Representantes regionais (eleitos junto com a Diretoria)
Contribuição financeira em caso de participação da Apufsc	De 4% a 10% da arrecadação da entidade.	Até 40% da arrecadação da seção sindical.

Participe deste debate

Envie sua opinião para ajudar a categoria a decidir na Assembleia Geral que será realizada em abril. **Confira as regras para participar:**

Conforme deliberou o Conselho de Representantes em 31/10/2018, a Apufsc-Sindical publicará três boletins impressos especiais para os professores manifestarem suas opiniões sobre a questão da filiação nacional.

1. Serão admitidos apenas textos de autores filiados à Apufsc-Sindical.
2. O envio deve ser feito ao endereço: imprensa@apufsc.org.br, em arquivo .doc ou .docx (do Microsoft Word) identificado pelo nome do(s) autor(es). O autor receberá a confirmação do recebimento e da aceitação ou não do texto para publicação num prazo de 24 horas.
3. Para serem aceitos, os textos deverão ter o tamanho máximo de 4.600 caracteres com espaços, incluindo título com no máximo 80 caracteres com espaços e assinatura do autor ou autores com no máximo 80 caracteres com espaços. Os artigos também não devem incluir imagens, gráficos nem tabelas.
4. Os textos enviados fora do padrão estipulado serão recusados.
5. Todos os textos aceitos serão publicados na íntegra na sessão Opiniões do site da Apufsc e também participarão de uma seleção para publicação nos boletins impressos especiais, seleção esta que será realizada pelos seguintes critérios:
 - a) Serão selecionados até seis textos para publicação na íntegra em cada uma das três edições do boletim especial impresso.
 - b) A seleção se dará pelos seguintes critérios: 1. Ordem de chegada; 2. Prioridade para autor que ainda não tenha participado do debate; 3. Diversidade de posicionamentos, com prioridade para que as diferentes posições sobre a questão estejam representadas em cada edição do boletim impresso.
 - c) A ordem de chegada definirá a ordem das páginas ocupadas pelos textos.
 - d) Os textos aceitos em cada período de inscrição e que não forem selecionados para publicação na íntegra nos espaços do boletim impresso, pelos critérios acima listados, terão seus títulos publicados no boletim com uma chamada para que sejam lidos no site da Apufsc-Sindical.
 - e) Eventuais casos de ofensas pessoais e/ou de inverdades que atinjam pessoas poderão gerar direito de resposta, no site e/ou no boletim impresso subsequente, conforme a legislação vigente, a partir de requerimento específico que será julgado pela comissão do Conselho de Representantes encarregada do encaminhamento do debate sobre a questão da filiação nacional.

Datas de publicação

- Boletim 1 – semana do dia 18/03, envio dos textos: até dia 14/03, até 18h;
- Boletim 2 – semana do dia 25/03, envio dos textos: até dia 21/03, até 18h;
- Boletim 3 – semana do dia 01/04, envio dos textos: até dia 28/03, até 18h.

“A Reforma da Previdência e os Professores”

Confira a palestra de Luciano Fazio na sessão de vídeos no site da Apufsc-Sindical.



Informativo Apufsc

Receba notícias do sindicato no WhatsApp

- Adicione nos contatos o número (48) 99692-3113
- Envie uma mensagem solicitando sua inclusão